

ESMESC

SIMULADO SEMESTRAL 2023.2

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. As provas serão compostas por questões objetivas sobre os conteúdos das disciplinas concluídas no Módulo Conteúdos Jurídicos, quais sejam: Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Empresarial.
2. As provas serão divididas por disciplina, sendo cada uma delas com 10 questões.
3. O aluno terá apenas **uma tentativa de resolução** das questões da prova.
4. A data de realização da prova será 1º de dezembro de 2023 (das 19h às 23h).
5. O tempo de realização da prova será de 04 horas. **ONLINE**, a prova deve ser iniciada e concluída nesse tempo. Após este período, o sistema fechará a atividade e somente o que foi respondido será enviado.
6. Não será admitido o uso de quaisquer outros materiais de consulta, mesmo que para rascunho, nem será permitida a comunicação com terceiros.
7. O resultado da avaliação, em nota, estará disponível no dia 2 de dezembro, após as 12h. Para visualizar o estudante deverá acessar este ambiente virtual e clicar, no menu à esquerda, no link Notas.
8. O gabarito com as respostas consideradas corretas estará acessível neste ambiente virtual, após as 12h, do dia 2 de dezembro de 2023.
9. O dia 4 de dezembro de 2023, às 12h, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesec.org.br. Para o envio do recurso utilize formulário próprio, disponível neste ambiente virtual.

Boa prova!

Equipe Esmesc

Texto para a questão 1.



1. A partir da imagem disposta, é possível afirmar que:

I Onde deve ser empregado com ideia de movimento.

II Aonde deve ser empregado com ideia de lugar fixo.

III Onde pode ser substituído sem prejuízo de sentido por: na qual, no qual, em que.

- a) apenas a opção I está correta.
- b) apenas a opção II está correta.
- c) estão corretas as opções I e II.
- d) está correta a opção III.
- e) estão corretas as opções III e II.

Texto para a questão 2.



2. O texto acima, composto de linguagem verbal e não-verbal, foi divulgado com a intenção de inspirar pessoas que necessitam de ideias gratuitas para a divulgação de seus produtos. A iniciativa é boa, mas o emprego do 'nessa' pelo anunciante sugere que:

- a) o anunciante tem domínio da norma culta quanto ao emprego do pronome demonstrativo.
- b) o anunciante demonstra conhecer a distinção entre o sentido de nessa e nesta, quando empregado em situações iguais à do texto.
- c) o anunciante tem domínio de todos os aspectos da norma culta.
- d) o anunciante emprega adequadamente a norma culta, sem qualquer deslize.
- e) o anunciante tem bom domínio da norma culta, mas demonstra dificuldade quanto a discernir quando usar nesta e quando usar nessa.

3. Na construção sintática: “Por isso, na dogmática jurídica coloca-se sempre com destaque a figura do legislador[...]”, o pronome oblíquo em destaque está empregado de forma inadequada. De acordo com a norma culta, a construção adequada seria:

I Por isso, na dogmática jurídica, se coloca sempre com destaque a figura do legislador.

II Por isso, na dogmática jurídica se coloca sempre com destaque a figura do legislador.

III Por isso, na dogmática jurídica, coloca-se sempre com destaque a figura do legislador.

a) alternativas I e II.

b) alternativas I e III.

c) alternativas II e III.

d) alternativa III.

e) alternativa II.

4. Os advérbios intensificam o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio. Quanto ao emprego do advérbio, todas as alternativas estão adequadas, exceto:

a) “[...] O Direito Comercial, no curso da sua evolução histórica, continuamente amplia o seu campo de aplicação [...].”

b) “[...] é o direito da produção, circulação e distribuição de riqueza, muito embora, por razões históricas e doutrinárias [...].”

c) “[...] vegetais inclusive materiais genéticos e cultivares, com processos tecnicamente apropriados[...]”.

d) “[...] regularia inteiramente, a matéria de que trata a Lei nº 13.288/2016.”

e) “[...] andou bem e acertadamente o constituinte ao dispor sobre a competência fomentadora do Estado [...]”.

Texto para a questão 5.

Muito do que gastamos (e nos desgastamos) nesse consumismo feroz podia ser negociado com a gente mesmo: uma hora de alegria em troca daquele sapato. Uma tarde de amor em troca da prestação do carro do ano; um fim de semana em família em lugar daquele trabalho extra que está me matando e ainda por cima detesto.

Não sei se sou otimista demais, ou fora da realidade. Mas, à medida que fui gostando mais do meu jeans, camiseta e mocassins, me agitando menos, querendo ter menos, fui ficando mais tranquila e mais divertida. Sapato e roupa simbolizam bem mais do que isso que são: representam uma escolha de vida, uma postura interior.

Nunca fui modelo de nada, graças a Deus. Mas amadurecer me obrigou a fazer muita faxina nos armários da alma e na bolsa também. Resistir a certas tentações é burrice; mas fugir de outras pode ser crescimento, e muito mais alegria.

LUFT, L. **Pensar é transgredir**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ESMESC

QUESTÃO ANULADA

5. No texto, há duas ocorrências de dois-pontos. Essas ocorrências, respectivamente, servem para:

- a) opinar sobre o uso de jeans e explicar as negociações que fazemos conosco.
- b) enumerar as negociações que podemos fazer conosco e explicar a simbologia de sapatos e roupas.
- c) concluir sobre a oposição de otimismo e realidade, bem como explicar a simbologia de sapatos e roupas.
- d) comparar ostentação e conforto e explicar, bem como enumerar as negociações que fazemos com as pessoas.
- e) retomar a ideia de ostentação e concluir sobre um ponto de vista.

QUESTÃO ANULADA

6. “A metodologia far-se-á com análise teórica do contexto histórico acerca do tema a partir das fontes bibliográficas. Estudos acerca do instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.”

Reorganizando esse texto, a fim de obter uma produção que, ao leitor, fosse mais clara quanto ao procedimento, a opção que melhor atendesse a esse objetivo seria:

- a) A metodologia contemplará a análise teórica do contexto histórico sobre o tema a partir das fontes bibliográficas e estudos acerca do instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.
- b) A metodologia far-se-á com análise teórica do contexto histórico acerca do tema a partir das fontes bibliográficas. Estudos sobre o instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.
- c) A metodologia se fará a partir de análise teórica do contexto histórico acerca do tema a partir das fontes bibliográficas. Estudos sobre o instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.
- d) A metodologia será de análise teórica do contexto histórico sobre o tema a partir das fontes bibliográficas, estudos sobre o instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.
- e) A metodologia será composta de análise teórica do contexto histórico sobre o tema a partir das fontes bibliográficas, estudos sobre o instituto do direito probatório, dos destinatários da prova, do direito autônomo à prova e direito fundamental da ampla produção probatória.

7 Quanto à regência nos períodos que seguem, está (ão) CORRETA (s) a (s) alternativa (s).

I. “Segundo Arnaldo Rizzardo, a Autonomia da Vontade exagerada leva a ocorrência de inúmeros conflitos sociais”.

II. “Não obstante, Francesco Messineo inclui dois campos importantíssimos a liberdade de contratar [...]”.

III. “No Brasil, o Código Civil de 2002, passou a se subordinar à função social do contrato [...]”.

- a) Estão corretas as opções I e II.
- b) Estão corretas as opções I e III.
- c) Está correta a opção I.
- d) Está correta a opção II.
- e) Está correta a opção III.

ESMESC

Texto para a questão 8.



8. O bom humor da tirinha decorre do emprego do verbo tomar que ganha um outro significado. O mesmo não ocorre com o verbo em:

- a) "A cada nova pessoa que toma conhecimento da imputação falsa (inclusive a vítima), há nova produção do resultado lesivo da honra".
- b) "Ora, o sujeito que atua tomado de ira o faz vinculado estreitamente ao compromisso da produção do resultado calunioso [...]".
- c) "A consumação do crime de *calúnia* ocorre quando outras pessoas tomam conhecimento da imputação."
- d) "O ex-alto responsável das forças croatas da Bósnia morreu em um hospital de Haia depois de ter tomado veneno na sala de audiência do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII) em Haia".
- e) "Quando este estiver tomado pela loucura, bem como acerca da injustiça de se dizer a verdade a quem não está em condições psíquicas de ouvi-la."

Texto para a questão 9.



9. A tirinha acima é correta para sanar dúvidas quanto ao emprego do verbo Haver e do verbo Existir. Na segunda fala, a senhora empregou o verbo existir no plural, porque:

- a) ela cometeu um equívoco de concordância, pois deveria ser existe.
- b) o verbo existir é impessoal e, por isso, não poderia ir para o plural.
- c) o verbo existir concorda com o sujeito da oração (mais pessoas interessadas).
- d) tal qual o verbo haver, o verbo existir nunca vai para o plural.
- e) a construção sintática está errada e o verbo deveria ser no singular.

10. Na construção textual: “[...] seguem algumas diretrizes que visam contribuir com o modo pelo qual se realiza a pesquisa jurídica no Brasil”, tem-se o emprego adequado do verbo visar, isso igualmente ocorre em:

- a) “apresenta caráter supletivo (*praeter legem*) e visa a colmatar lacuna”.
- b) “visando a redução dos custos de transação envolvidos”.
- c) “sujeito ao risco biológico, visando a um produto, agrícola, pecuário, florestal ou do extrativismo”.
- d) “Quando considerada organizada, profissional e visando geração e distribuição de riquezas [...]”.
- e) “[...] de um produto ou serviço, que visa a suprir as necessidades de um consumidor final”.

DIREITO CONSTITUCIONAL - ok

11. Assinale a alternativa CORRETA:

- I) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos são automaticamente considerados brasileiros naturalizados, independentemente de qualquer outra condição ou exigência.
- II) Reconhecida a incapacidade civil absoluta, mediante sentença que decrete a interdição, ocorre a suspensão dos direitos políticos, mas, não, a perda de tais direitos.
- III) O plebiscito é uma forma de consulta popular no qual o povo aceita uma decisão tomada pelo Congresso Nacional, enquanto no referendo existe a opção de escolha ao cidadão entre duas alternativas.

Das alternativas acima é CORRETO afirmar:

- a) Somente a II está correta.
- b) I e II estão corretas.
- c) II e III estão corretas.
- d) Somente a III está correta.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

12. Em relação a reserva do possível, aplicável aos direitos sociais, analise as alternativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da reserva do possível serve para ponderar a aplicação dos direitos sociais, pois esses direitos são considerados como não auto-aplicáveis, requerendo a interferência da reserva do possível para sua efetivação.
- b) A reserva do possível jurídica está relacionada as condições do caso concreto que permitam que o princípio seja aplicado, fazendo com que seja analisado o aspecto da relevância da matéria e a possibilidade de efetivação do direito fundamental social.
- c) A reserva do possível fática está relacionada as possibilidades de realização de atos concretos, que tenham base na lei, para que seja efetivados os direitos sociais, não podendo o princípio da reserva do possível contrariar disposições prevista em legislação infraconstitucional.
- d) O princípio da reserva do possível decorre da cláusula da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais, sendo uma regra que vincula o legislador e o executivo na elaboração das leis e execução de políticas públicas.
- e) A reserva do possível fática está relacionada com a disponibilidade concreta de recursos para efetivar direitos sociais, sendo que o princípio não pode ser utilizado para violar o núcleo essencial do direito fundamental social.

13. Sobre o poder constituinte derivado e a possibilidade de emendas constitucionais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo o STF é incabível controle preventivo de constitucionalidade sobre PEC, sendo permitido apenas o controle repressivo após a promulgação da Emenda Constitucional.
- b) Se o Presidente da República não promulgar a Emenda Constitucional até 48 horas após sua aprovação, o Presidente do Senado será o encarregado de promulgar a Emenda Constitucional.
- c) O STF entende que na propositura de uma proposta de emenda constitucional não vigora a regra da competência privativa.
- d) A proposta de Emenda Constitucional só pode ser iniciada na Câmara dos Deputados.
- e) O quórum para aprovação de uma PEC é de 2/3 sendo que dos quatro turnos a proposta precisa ser aprovada em todos para ser considerada aprovada.

14. Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As leis delegadas devem ser editadas e após enviadas ao Congresso Nacional para que, no prazo máximo de 60 dias, sejam aprovadas ou rejeitadas.
- b) A conversão de medida provisória em lei prejudica o debate jurisdicional sobre o atendimento dos pressupostos de admissibilidade dessa espécie de ato do processo legislativo.
- c) A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa, pois a ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade.
- d) Segundo o STF é inconstitucional lei de iniciativa parlamentar criar conselho de representantes da sociedade civil, integrante da estrutura do Poder Legislativo, com atribuição de acompanhar ações do Executivo.
- e) O quórum para derrubada do veto presidencial pelo Congresso Nacional é de maioria simples.

15. A posse do presidente e do vice-presidente eleitos será em:

- a) 01 de janeiro.
- b) 02 de janeiro.
- c) 03 de janeiro.
- d) 04 de janeiro.
- e) 05 de janeiro.

16. Sobre a previsão constitucional do orçamento público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Cabe à ordinária dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- b) A lei que instituir a lei orçamentária anual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- c) A lei orçamentária anual não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- b) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- e) A lei de diretrizes orçamentárias é de iniciativa do Congresso Nacional.

17. Sobre o federalismo brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo o STF é constitucional a lei estadual que estabelece a obrigatoriedade de equipar os ônibus utilizados no serviço público de transporte coletivo com dispositivos redutores de estresse para motoristas e cobradores, pois viola a competência privativa da União para legislar sobre trânsito, transporte e direito do trabalho.
- b) Nos casos de competência legislativa concorrente a norma de União terá caráter e o Estado-Membro só pode exercer a atividade legislativa suplementar após a União editar a norma geral.

c) Conforme a CF/88 a intervenção da União em Estado-Membro representa uma quebra temporária da autonomia, sendo que a decretação da intervenção pode ser feita pelo Presidente da República e pelo Presidente do STF.

d) Os municípios não podem atuar em matérias de competência privativa da União com base na regra que permite suplementar a legislação federal no que couber.

e) O federalismo brasileiro é composto pelos seguintes entes federados: União, Estados- Membros, Municípios, Distrito Federal e Territórios Federais.

QUESTÃO ANULADA

18. Sobre as imunidades parlamentares federais, é CORRETO afirmar:

a) Os parlamentares federais somente poderão ser presos após condenação criminal.

b) Conforme precedentes do STF é possível a prisão cautelar de parlamentar federal.

c) A decretação da prisão de parlamentar federal implica, automaticamente, na perda do mandato.

d) Os parlamentares federais poderão ser presos em hipóteses de ocorrência de flagrante delito, desde que seja aplicado o princípio da proporcionalidade na análise do ato ilícito praticado.

e) A decisão da casa legislativa, pela manutenção da prisão de parlamentares federais, deve ser tomada com quórum de maioria absoluta.

19. Com base no capítulo relativo ao poder judiciário, é CORRETO afirmar:

a) As decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Justiça podem ser objeto de revisão judicial, somente no aspecto formal, sem que seja possível questionar o mérito da medida.

b) A regra do quinto constitucional é válida para todos os Tribunais de Justiça e Tribunais Superiores.

c) O Supremo Tribunal Federal não pode propor projetos de lei ao legislativo.

d) Desde a promulgação da EC 45/04 é vedado a magistratura o exercício de atividade político-partidária.

e) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

20. Em relação ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

I- O controle de constitucionalidade das leis é um mecanismo de defesa da constituição e que visa fortalecer a força normativa do texto constitucional, mas sem poder gerar supressão de eventuais omissões constitucionais existente.

II- O Brasil adota o controle difuso e o concentrado de constitucionalidade, permitindo a participação de todos os membros do poder judiciário na fiscalização da constitucionalidade das leis, com efeitos erga omnes em ambos os modelos.

III- A modulação dos efeitos de declaração de inconstitucionalidade pode atribuir efeitos *ex nunc* a decisão que considera a lei ou ato normativo como inconstitucional.

a) Apenas o item I está correto.

b) Apenas o item II está correto.

c) Apenas os itens I e II estão correto.

d) Apenas o item III está correto.

e) Nenhuma das afirmativas está correta.

DIREITO CIVIL - ok

21. Consideram-se bens imóveis:

a) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

b) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

c) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

d) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.

e) os materiais provenientes da demolição de algum prédio.

22. Assinale a opção CORRETA, considerando os elementos acidentais do negócio jurídico:

a) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico a condição suspensiva, adquire-se desde logo o direito a que ele visa.

b) O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.

c) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitido praticar os atos destinados a conservá-los.

d) Denomina-se encargo a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.

e) A condição suspensiva, enquanto não verificada, impede o exercício, mas não a aquisição do direito; o termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito e o encargo nunca suspende a aquisição, nem o exercício do direito.

23. Sobre os vícios de consentimento, assinale a alternativa CORRETA:

a) O erro de cálculo é causa de anulação do negócio jurídico celebrado.

b) O erro prejudica a validade do negócio jurídico ainda quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

c) Ainda que ambas as partes procedam com dolo, poderão alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

d) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

e) Na lesão, aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que o prejuízo foi detectado.

24. José é exímio violinista. Convidado a participar de evento internacional que poderia impulsionar sua carreira, para o qual treinou por anos, decidiu dias antes levar seu violino, feito por encomenda e com o qual tocava há mais de vinte anos, a Paulo, luthier, profissional responsável pela construção e manutenção de determinados instrumentos musicais, para checagem geral. Após o serviço, apanhou o instrumento e se dirigiu ao local do evento, em país europeu. Lá chegando, um dia antes do evento percebeu o violino muito desafinado. Levando o instrumento às pressas para um luthier naquela cidade, percebeu-se que uma espécie muito rara de cupim havia se instalado na parte interna do violino, e isso causava uma deformação no som. O concerto envolve um procedimento de custo baixo e simples, porém lento: duraria, no mínimo, uma semana, tempo durante o qual não pode ser utilizado. José precisou pegar um violino emprestado para participar do evento. Todavia, como não era o violino que estava habituado a tocar, e possivelmente pelo nervosismo diante de todo o ocorrido, não conseguiu um bom desempenho, e sua participação no evento não lhe rendeu a visibilidade esperada. Diante dessa situação, e considerando que há prova no sentido de que o cupim adentrou no violino de José durante o tempo em que estava no estúdio de Paulo para manutenção:

a) José não tem direito à indenização alguma, porque conseguiu, ao fim e ao cabo, participar do evento, de modo que sua performance melhor ou pior não pode ser conectada diretamente à conduta de Paulo, ou seja, não há nexo causal entre a conduta de Paulo e o suposto dano.

b) José tem direito à indenização por dano material, a incluir danos emergentes e lucros cessantes. Estes últimos devem abranger contratos que poderia José ter fechado se tivesse conseguido melhor visibilidade no evento mediante performance mais acurada, ainda que tais contratos sejam somente hipotéticos, ou seja, sem demonstração de que teriam sido pactuados se José tivesse tocado com seu próprio violino.

c) José tem direito à indenização por dano: material, pelos danos ao violino; moral, pelo nervosismo que passou por não poder tocar no evento com seu próprio violino; e pela perda de uma chance, pelos contratos que deixou de pactuar por não ter tido boa visibilidade ante sua fraca performance no evento, desde que demonstre chance real e séria de que teria fechado tais contratos não fosse o impedimento de ter usado seu violino.

d) José tem direito à indenização por dano material exclusivamente pelos danos ao violino, mas não tem direito à indenização por dano moral, porque toda a situação passada foi mero aborrecimento, normal à complexa vida em sociedade.

e) José não tem direito à indenização por dano material, já que o concerto do violino depende apenas de um procedimento simples. Quanto ao dano moral, verba sobre a qual incide imposto de renda, igualmente não tem direito, já que o descumprimento contratual não configura dano moral indenizável, devendo ser resolvido o caso pelas cláusulas constantes do próprio contrato.

25. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O adimplemento substancial do contrato, que decorre da função social do contrato e da boa-fé, deve levar em conta tanto critérios qualitativos quanto quantitativos.

b) Em relação à extinção dos contratos, a resilição se dá em razão da vontade das partes, podendo ser unilateral (como a revogação ou renúncia) ou bilateral (como o distrato).

c) *Supressio e surrectio, consectários da boa-fé subjetiva, envolvem a consolidação de determinadas situações, conforme ação ou inação de uma das partes. Na primeira, há o surgimento de um direito; na segunda, a perda de um direito.*

d) Em observância ao princípio da conservação do contrato, nas ações que tenham por objeto a resolução do pacto por excessiva onerosidade, pode o juiz modificá-lo equitativamente, desde que ouvida a parte autora, respeitada sua vontade e observado o contraditório.

e) A boa-fé objetiva tem dentre suas funções: servir como baliza para interpretação de negócios jurídicos; atuar na criação de deveres anexos ao negócio jurídico; e limitar o exercício de direitos, coibindo abusos.

26. Sobre o direito das obrigações e a teoria geral dos contratos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.

b) *Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, sem direito a perdas e danos.*

c) Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.

d) É válida, como regra, a cláusula solve et repete.

e) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.

27. Assinale a alternativa que represente uma figura híbrida, ou seja, um misto entre obrigações e direitos reais:

a) Propriedade fiduciária

b) *Contrato de locação com cláusula de vigência de caso de alienação.*

c) Direito do promitente comprador do imóvel.

d) Usufruto.

e) Contrato de locação.

28. Augusto tem seu carro roubado, o qual vem, meses depois, a ser adquirido por Basílio, por meio de compra e venda, numa revenda de automóveis, com documentação falsa – porém aparentemente verdadeira – e preço conforme os índices razoáveis de mercado. Neste caso, é CORRETO afirmar que:

a) Basílio adquirido a posse de má-fé do carro, não podendo ser considerado também seu proprietário.

b) Basílio adquirido a posse de má-fé do carro, podendo, porém, ser considerado seu proprietário.

c) Basílio adquirido a posse de boa-fé do carro, não podendo ser considerado seu proprietário.

d) *Basílio adquirido a posse de boa-fé do carro, podendo ser considerado também seu proprietário.*

e) Basílio não adquirido a posse do carro, tampouco podendo ser considerado seu proprietário.

29. De acordo com a jurisprudência do STJ e STF sobre concubinato, é CORRETO afirmar:

- a) A mútua assistência havida entre os concubinos, ao longo do concubinato, cujos benefícios ambos experimentam ainda na constância da união, não admite que, após o rompimento da relação, ou com a morte de um deles, o outro cogite pleitear indenização por serviços prestados.
- b) Os efeitos da união estável podem ser estendidos às relações concubinárias quando delas se extrair que um dos partícipes estava de boa-fé na relação.
- c) Admite-se a concessão da pensão por morte ao concubino sobrevivente.
- d) Aplica-se o regime da comunhão parcial de bens seja para partilha em vida entre concubinos, seja para aplicação das regras sucessórias.
- e) Aplica-se o regime da separação obrigatória de bens seja para partilha em vida entre concubinos, seja para aplicação das regras sucessórias.

30. Vanessa casou-se com Márcio e ambos escolheram o regime da separação de bens. O casal tem dois filhos, menores impúberes, mas Márcio tem um filho de seu primeiro casamento. Márcio sofreu um acidente de moto e veio a falecer. Na constância do casamento, adquiriram 02 automóveis (um ficou registrado em nome de Vanessa, e outro, em nome de Márcio), 02 apartamentos (um registrado em nome de Vanessa, e outro, em nome de Márcio) e 01 sala comercial que estava com escritura em nome de Márcio.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Vanessa concorre na sucessão em cotas iguais com os três filhos do casal e relativamente aos bens que estão em nome de Márcio.
- b) Vanessa concorre na sucessão em 1/4 com os três filhos do falecido e relativamente aos bens que em nome dele estão.
- c) Vanessa não concorre na sucessão com os filhos de Márcio, pois não é herdeira.
- d) Vanessa não concorre na sucessão hereditária de Márcio, pois não é meeira e, tampouco, herdeira.
- e) Vanessa concorre, em cotas iguais, apenas na parte relativa aos bens que cabem aos dois filhos do casal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - ok

31. Sobre a prova no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A decisão judicial proferida em um processo e utilizada em outro adquire a posição de prova emprestada no processo de destino.
- b) Se houver divergência entre o laudo do perito e o do assistente técnico da parte, não haverá necessidade de esclarecimento pois o perito, por ser órgão auxiliar do juízo, prevalece sobre os demais.
- c) A confissão poderá ocorrer por procuração com poderes especiais, seja ela espontânea ou provocada.
- d) O magistrado poderá realizar a acareação entre as partes, se houver a suspeita de que uma delas falta com a verdade.
- e) O destinatário da prova poderá ser, excepcionalmente, a parte contrária do processo, e não o magistrado.

32. Fulano e Beltrana se casam em cerimônia privada. Dois dias depois do casamento, Fulano recebe uma carta de citação para um processo civil. Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Essa citação somente será nula se ficar demonstrado o prejuízo do citando.
- b) Essa citação somente será nula se ficar demonstrado o risco de perecimento do direito.
- c) Essa citação somente será válida se ficar demonstrado o prejuízo do citando.
- d) Essa citação somente será válida se ficar demonstrado o risco de perecimento do direito.
- e) Essa citação será nula de pleno direito.

33. Fulano propõe ação judicial e, na petição inicial, fundamenta a sua causa de pedir no fato de que sua pretensão é amparada por tema já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso especial repetitivo. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se o magistrado verificar que a fundamentação apresentada realmente procede, poderá julgar liminarmente o mérito em caráter definitivo.
- b) Se o magistrado verificar que a fundamentação apresentada realmente procede, deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, dispensando a citação do réu.
- c) Se o magistrado verificar que a fundamentação apresentada realmente procede, poderá conceder, liminarmente, a tutela de evidência.
- d) Mesmo se o magistrado verificar que a fundamentação apresentada realmente procede, não poderá conceder tutela antecipada em caráter liminar, devendo, antes, submeter ao contraditório.
- e) Se o magistrado verificar que a fundamentação apresentada realmente procede, deverá conceder, liminarmente, a tutela de evidência.

34. Fulano emite uma duplicata eletrônica e a cede ao banco. O banco, em razão da cessão, emite um boleto e o encaminha ao devedor. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O boleto bancário poderá ser executado em juízo desde que, antes, seja levado a protesto por indicação no cartório e esteja acompanhado do comprovante da entrega da mercadoria ou da prestação do serviço.
- b) O boleto bancário, por ser título executivo extrajudicial, poderá ser levado a execução direta.
- c) O boleto bancário, por não ser título executivo, não poderá ser levado a execução direta.
- d) O boleto bancário poderá ser executado desde que acompanhado da duplicata que lhe deu origem, devidamente protestada em cartório, acompanhada do comprovante da entrega da mercadoria ou da prestação do serviço.
- e) Somente a duplicata sem aceite, que deu origem ao boleto, desde que devidamente protestada em cartório, poderá autorizar a propositura de uma execução direta em juízo.

35. Em processo de execução promovido pela empresa KOM em desfavor da empresa WWE, ambas representadas por advogado, foi penhorado um veículo, avaliado em R\$ 80.000,00. O veículo foi arrematado no segundo leilão por R\$ 50.000,00. Após 8 (oito) dias da assinatura do auto de arrematação pelo juiz, leiloeiro e arrematante, a empresa WWE apresenta impugnação à arrematação, alegando vício na avaliação, pois o veículo tem o valor de mercado de R\$ 110.000,00, e falta de sua intimação pessoal das datas do leilão judicial. A partir deste caso, examine as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) A impugnação é intempestiva e, por isso, deve ser rejeitada liminarmente pelo juiz.
- b) Diante da assinatura do auto pelo juiz, a invalidação da arrematação somente poderá ser pleiteada por ação autônoma.
- c) O juiz deve acolher a impugnação, pois a intimação do executado sobre a alienação judicial deve ocorrer de forma pessoal, mesmo diante de sua representação por advogado.
- d) No caso de existência de vício formal, ao receber a impugnação, poderá o juiz acolhê-la liminarmente, sem a necessidade de intimação do exequente e do arrematante.
- e) Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a impugnação infundada de vício da arrematação com o objetivo de ensejar a desistência do arrematante, sujeitando o impugnante ao pagamento de multa em favor do exequente.

GABARITO ALTERADO

36. Na interposição do Recurso Extraordinário e Especial, é CORRETO afirmar:

- a) O Recurso Extraordinário e o Recurso Especial previsto na Constituição serão interposto no Supremo tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

- b) Serão admitidos embargos de declaração ainda que os dois anteriormente interpostos tenham sido considerados protelatório.
- c) Recebida a petição de recurso, antes de remetê-lo ao Tribunal competente, compete a autoridade processante, deverá antes de efetuar o juízo de admissibilidade, mandar intimar para a apresentação das contrarrazões.
- d) A exposição do fato e do direito; a demonstração de cabimento do recurso interposto e as razões do pedido de reforma ou de invalidação da decisão recorrida, são requisitos da petição do Recurso Extraordinário e Especial.
- e) Quando for o caso de interposição conjunta de Recurso Extraordinário e Especial, os autos serão remetidos ao STF e ao STJ, em petições distintas.

37. O texto do artigo 1.035, do CPC, autoriza a dizer que a repercussão geral é um requisito de admissibilidade do Recurso Extraordinário. Das alternativas abaixo assinale aquela em que exista repercussão geral.

- a) O julgamento colegiado do Supremo Tribunal Federal.
- b) O julgamento fundado em dissídio jurisprudencial.
- c) A tese firmada quando do julgamento do Recurso Especial Repetitivo
- d) O julgamento que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do STF é dotado de repercussão geral.
- e) A existência de repercussão geral é de apreciação exclusiva do STF.

38. Segundo dispõe o Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar a respeito da hipoteca judiciária:

- I. Não se produz se a condenação for genérica.
- II. Não se produz se a decisão for impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo.
- III. Poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, independentemente de ordem judicial, de declaração expressa do juiz ou de demonstração de urgência.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) São corretas as assertivas I e III.
- b) São corretas as assertivas I e II.
- c) Apenas a assertiva III está correta.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) Todas estão corretas.

39. Acerca dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, é INCORRETO afirmar:

- a) O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 30 (trinta dias), a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte.
- b) Um dos objetos da ação de dissolução parcial de sociedade a resolução da sociedade empresária contratual ou simples em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso.
- c) Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.
- d) Verificado o desaparecimento dos autos, eletrônicos ou não, pode o juiz, de ofício, qualquer das partes ou o Ministério Público, se for o caso, promover-lhes a restauração.
- e) No processo de restauração de autos, quem houver dado causa ao desaparecimento dos autos responderá pelas custas da restauração e pelos honorários de advogado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal em que incorrer.

40. José veio a óbito. Sua cônjuge, Carla, propôs ação de inventário, a qual foi admitida pelo juiz. Carla assinou o termo de inventariante no oitavo dia após a intimação do despacho inicial, e apresentou primeiras declarações no décimo sexto dia. Paulo, um dos herdeiros, um dia antes das primeiras declarações, veio espontaneamente aos autos e disse que Carla sonegava um veículo automotor, pois tinha informações de que ela estava de posse do veículo e o deslocou para uma fazenda no interior, para “sumir” com ele. Também pediu a remoção de Carla do encargo de inventariante, por ter assinado o termo e apresentado as primeiras declarações fora dos respectivos prazos legais. Feitas as citações, Guilherme, um dos herdeiros, foi citado e se manifestou no décimo quarto dia após sua citação, momento em que ainda existiam quatro herdeiros cuja citação estava pendente. Teobaldo compareceu aos autos e alegou ser credor de uma nota promissória assinada por José, apresentando-a; Guilherme, intimado a respeito, discordou em se realizar o pagamento, alegando que a nota promissória em questão seria relativa a um compromisso de compra e venda de um imóvel que, ao fim, não se concretizou, de modo que o valor não é devido. Após todo o processado e tudo decidido regularmente, sobreveio sentença, que transitou em julgado. Um ano e meio depois, Carla peticionou informando que um dos imóveis inventariados, de matrícula n. 4455, constou erroneamente no processo como matrícula n. 4456, estando corretas todas as demais informações sobre o imóvel, pedindo a correção do erro material. A respeito de toda a situação, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Impossível a retificação da partilha nos mesmos autos, porque a sentença já transitou em julgado, e não há autorização legal para simples alteração do já decidido. Assim, o interessado deverá buscar a correção por ação rescisória.
- b) Carla extrapolou do prazo legal para assinatura do termo de inventariante, que é de cinco dias, mas obedeceu ao prazo para apresentação das primeiras declarações, que é de vinte dias. A inobservância do prazo para assinatura do termo de inventariante é mera irregularidade, incapaz de justificar, por si só, sua remoção do encargo.
- c) Paulo não pode arguir sonegação antes da inventariante finalizar a descrição dos bens e declarar que inexistem outros bens a inventariar.
- d) Guilherme não se manifestou intempestivamente, pois o prazo de 15 dias para manifestação sobre as primeiras declarações é comum e só começa após a conclusão de todas as citações.
- e) Como não há concordância para pagamento da dívida trazida por Teobaldo, deve o juiz remeter à parte às vias ordinárias, mas mandará reservar bens suficientes para o adimplemento, já que há prova suficiente da obrigação e a impugnação não se funda em quitação.

DIREITO PENAL - ok

41. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.
- b) O princípio da insignificância ou bagatela é uma causa supralegal de exclusão da tipicidade formal.
- c) A reincidência, por si só, impede que o juiz reconheça a insignificância penal da conduta, pouco importando os elementos do caso concreto.
- d) Mandados de criminalização são matérias elencadas pela Constituição Federal, em que o legislador ordinário tem a faculdade de legislar.
- e) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.

42. É **INCORRETO** afirmar que:

- a) O iter criminis é formado por uma fase interna (cogitação) e três fases externas (preparação, execução e consumação). O exaurimento não integra o iter criminis.
- b) Concausa independente é aquela capaz de produzir, não por si só, o resultado.
- c) Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

- d) Para a teoria da imputação objetiva, há a criação ou incremento de um risco proibido relevante. Exclui o risco proibido o comportamento exclusivo da vítima.
- e) Atualmente, prevalece, na doutrina e jurisprudência, a teoria objetivo-formal ou lógico-formal (Franz Von Liszt) em que ato executório é aquele em que o agente inicia a realização do núcleo do tipo.

43. Assinale a única alternativa CORRETA.

- a) **A lesão corporal é crime comum de forma livre, unissubjetivo e admite tentativa.**
- b) No homicídio, se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob influência de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- c) A lesão corporal é crime comum de forma livre, unissubsistente, e admite tentativa.
- d) O crime do art. 122 do Código Penal admite somente duas modalidades de conduta típica.
- e) O crime de lesões corporais não admite tentativa.

44. Assinale a única alternativa CORRETA.

- a) É isento de pena o agente que pratica aborto, se não há outro meio de salvar a vida da gestante.
- b) Motivo torpe é o motivo desproporcional ao resultado, banal.
- c) Em sede de lesões corporais, o consentimento do ofendido é tido como causa supralegal de isenção de pena.
- d) O Promotor de Justiça, titular da ação penal, pode aplicar perdão judicial no homicídio culposo.
- e) **O crime de homicídio qualificado admite forma vinculada.**

45. Considere as disposições do Artigo 121 do Código Penal Brasileiro, que define o crime de homicídio e suas qualificadoras. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) O homicídio qualificado-privilegiado é uma figura típica autônoma no Código Penal, sendo tratado como uma terceira modalidade de homicídio, distinta do simples e do qualificado.
- b) No homicídio culposo, a pena é aumentada de um sétimo (1/7) se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, mas não se aplica se o agente não possuía a competência formal para exercê-la.
- c) A ocorrência de homicídio doloso no trânsito exclui a incidência do Artigo 121 do Código Penal, sendo o agente processado exclusivamente com base no Código de Trânsito Brasileiro.
- d) **O homicídio qualificado pela paga ou promessa de recompensa configura-se mesmo que o autor do crime não tenha recebido o pagamento, bastando a mera promessa para sua caracterização.**
- e) Se o homicídio é cometido contra pessoa menor de 14 anos, ele é considerado privilegiado, independentemente de outras circunstâncias, em razão da idade da vítima.

46. À luz dos Artigos 122 e 123 do Código Penal Brasileiro, que tratam, respectivamente, dos crimes de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação e do infanticídio, considere as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:

- a) A punibilidade do agente que comete o crime de auxílio a suicídio é afastada caso a vítima sobreviva, mesmo que sofra lesão corporal de natureza grave, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) **Para a configuração do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, é necessário que o agente tenha atuado com dolo. Não se admite, para os crimes em apreço, a modalidade culposa.**
- c) A mãe que, sob a influência do estado puerperal, mata o próprio filho, logo após o parto, responde pelo crime de homicídio qualificado (previsto no art. 121, do Código Penal), tendo em vista ausência previsão legal específica para a conduta indicada.
- d) Se a mãe, sob influência do estado puerperal, logo após o parto, mata outra criança pensando ser a sua, não responde pelo delito de infanticídio mas, sim, pelo delito de homicídio, dado que agiu em erro de proibição.

e) O artigo 122 do Código Penal, ao tipificar o crime de induzimento ao suicídio, exige como elemento normativo (e objetivo) do tipo a presença de uma vítima que não tenha a capacidade plena de discernimento sobre a natureza de seu ato para a configuração do crime.

47. Tendo em vista as disposições dos Artigos 155, 157, 181, 182 e 183 do Código Penal Brasileiro, que tratam de temas distintos, como os crimes de furto, roubo e aspectos relacionados às excludentes de ilicitude e causas que excluem ou atenuam a pena, assinale a alternativa CORRETA:

a) O artigo 157 do Código Penal, ao descrever o crime de roubo, prevê expressamente a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por multa, caso o valor dos bens subtraídos seja considerado insignificante.

b) se o agente furta o seu irmão consanguíneo, sendo o furto simples, a ação penal para o início da persecução penal será, via de regra, pública incondicionada.

c) De acordo com o Código Penal, art. 157, com redação dada pela Lei n. 13.964/2019 (conhecida como “pacote anticrime”), se um agente pratica o crime de roubo valendo-se de arma de fogo de uso restrito ou proibido, aplica-se em dobro a pena prevista no caput do artigo 157 (sendo que a pena do caput é reclusão, de quatro a dez anos, e multa).

d) O artigo 182 do Código Penal estabelece que não há isenção de pena nos crimes de roubo cometidos contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge, salvo quando os bens são adquiridos por esforço comum.

e) Conforme o artigo 183 do Código Penal, o arrependimento posterior, expresso pela reparação do dano ou restituição da coisa, até o recebimento da denúncia, atenua a pena de qualquer crime, em qualquer circunstância.

48. A respeito dos crimes contra a dignidade sexual, é CORRETO afirmar que:

I – A contemplação lasciva não configura ato libidinoso constitutivo dos tipos previstos nos arts. 213 e 217-A do Código Penal, uma vez que a consumação dos referidos delitos exige sempre o contato físico entre ofensor e vítima.

II – O delito de assédio sexual não pode ser reconhecido na relação entre professor e aluno.

III – O estado de sono, que diminua a capacidade da vítima de oferecer resistência, caracteriza a vulnerabilidade prevista no art. 217-A, §1º, do Código Penal.

IV – Atualmente, os crimes contra a liberdade sexual se processam mediante ação penal pública privada.

a) Somente o item I está correto.

b) Somente o item III está correto.

c) Somente os itens I e II estão corretos.

d) Somente os itens II e III estão corretos.

e) Somente o item IV está correto.

49. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

b) A conduta de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal caracteriza o delito de prevaricação.

d) A conduta de dar causa à instauração de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe ato ímprobo de que o sabe inocente caracteriza o crime de denunciação caluniosa.

e) No crime de favorecimento pessoal, se quem presta o auxílio ao autor do delito é o ascendente do criminoso, ficará isento de pena.

c) O estagiário não pode ser considerado funcionário público para os efeitos penais.

50. A respeito dos delitos previstos na Lei n. 11.343/2006, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas só pode ser aplicada se todos os requisitos, cumulativamente, estiverem presentes.
- c) Conforme entendimento majoritário, o princípio da insignificância não se aplica ao delito de tráfico de drogas, pouco importando a quantidade de entorpecente apreendido, haja vista que o bem protegido é a saúde pública.
- b) O delito de tráfico de drogas, na sua modalidade privilegiada, é crime equiparado a hediondo.
- d) É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria.
- e) A causa de aumento de pena referente ao tráfico interestadual independe da efetiva transposição de fronteiras da droga, bastando a intenção do agente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL - ok

41. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Dromologia é a ciência que fundamentou a implementação da cadeia de custódia no código de processo penal.
- b) A Justiça Restaurativa não é permitida no Brasil.
- c) O Brasil tem adotado um juízo de discricionariedade na atuação do MP, dando-lhe oportunidade de propor acordos sem limites definidos pelo legislador, quando se trata de justiça consensual.
- d) Processo justo é o realizado sob instrução contraditória, perante o juiz natural da causa, com participação efetiva da defesa técnica, como forma de construção válida do convencimento judicial, convencimento este que deve ser sempre motivado, possibilitando o exercício da ampla defesa por meio de recurso ao tribunal.
- e) nenhuma alternativa está correta.

42. Sobre a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, é CORRETO afirmar que:

- a) Crimes preterdolosos, em que há o resultado morte, são da competência do tribunal do júri.
- b) Não é possível que um crime doloso contra a vida seja julgado por órgão diverso do tribunal do júri.
- c) Uma lei infraconstitucional não pode atribuir ao júri a competência para julgar delitos não dolosos contra a vida isoladamente.
- d) Não é possível que um crime não doloso contra a vida seja julgado pelo júri.
- e) No âmbito da Justiça Federal não há previsão para instalação e funcionamento do tribunal do júri.

43. Em relação à prova criminal, é CORRETO afirmar que:

- b) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por três pessoas idôneas, com formação superior preferencialmente na área técnica relacionada à perícia.
- b) A confissão formal do acusado pode suprir a ausência do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.
- c) Na sentença, o juiz pode desconsiderar integralmente as conclusões de laudo pericial elaborado por perito oficial.
- d) O exame deve ser realizado por dois peritos oficiais sob pena de nulidade, sendo admitida a elaboração do laudo por aquele que participou da diligência de apreensão.
- e) Para a comprovação da materialidade do crime de violação de direito autoral, é necessária a perícia de todo o produto apreendido para verificar a exata extensão do dano.

44. Sobre a instrução processual no procedimento da Lei de Tóxicos, é CORRETO afirmar:

- a) A legislação específica prevê o interrogatório do acusado como primeiro ato, seguindo-se com a ouvida das testemunhas de acusação e de defesa, em audiências separadas, e a jurisprudência tem admitido a constitucionalidade desse procedimento;

- b) A legislação específica prevê o interrogatório do acusado como último ato, depois da ouvida das testemunhas de acusação e de defesa, em audiências separadas;
- c) A legislação específica prevê o interrogatório do acusado como último ato, depois da ouvida das testemunhas de acusação e de defesa, na mesma audiência;
- d) A legislação específica não estabelece procedimento específico, apenas tipifica os crimes de drogas, razão da aplicação do rito estabelecido pelo Código de Processo Penal.
- e) A legislação específica prevê o interrogatório do acusado como primeiro ato, seguindo-se com a ouvida das testemunhas de acusação e de defesa, na mesma audiência, mas a jurisprudência reconheceu a inconstitucionalidade desse procedimento, sob o entendimento de que o acusado deve falar por último, em homenagem à ampla defesa;

45. Os prazos no Processo Penal contam-se:

- a. Da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- b. Em dias úteis, por aplicação analógica do Código de Processo Penal (art. 3º, CPP).
- c. Se computará no prazo o dia do começo, excluindo-se, porém, o do vencimento.
- d. Dos atos ocorridos em audiência, o réu deverá ser intimado, através de seu Defensor, constituído ou nomeado, por meio do Diário da Justiça.
- e. O prazo que terminar em domingo ou dia feriado não se considerará prorrogado até o dia útil imediato.

46. A teor do artigo 366 do Código de Processo Penal, "Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312". Nesse caso:

- a) O decurso de tempo, por si só, justifica a antecipação das provas.
- b) O decreto de prisão preventiva não decorre necessariamente da citação por edital, afinal, essa circunstância, por si só, não autoriza a conclusão de que o réu fugiu.
- c) A circunstância de haver dois réus, um deles pessoalmente citado, justifica a antecipação das provas em relação àquele citado por edital, em homenagem ao princípio do aproveitamento dos atos processuais.
- d) A previsão de produção antecipada de provas é sempre considerada inconstitucional porque ofende o princípio da ampla defesa.
- e) O decreto de prisão preventiva é consequência lógica da citação por edital, para assegurar a futura aplicação da lei penal.

47. Sobre as decisões no rito do Tribunal do Júri e seus respectivos recursos, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a legislação processual penal:

- a) A pronúncia do acusado por crime doloso contra a vida acarreta a prorrogação da competência do Tribunal do Júri, uma vez que o Conselho de Sentença também apreciará e julgará o crime conexo.
- b) Da decisão que pronuncia o réu cabe recurso de apelação.
- c) É cabível a interposição de recurso em sentido estrito contra a sentença de absolvição sumária, porque a acusação pretende que o processo continue.
- d) Havendo impronúncia, não será mais possível a instauração de novo processo contra o réu pelo mesmo fato a ele imputado anteriormente.
- e) Caso fique provado que o acusado não foi o autor do crime doloso contra a vida, ele deverá ser impronunciado, tendo a decisão força de coisa julgada.

48. Realizada a instrução processual, e ficando comprovada a materialidade do crime, a autoria e a semi-imputabilidade do acusado, o juiz deverá proferir sentença:

- a) Absolutória imprópria.
- b) Declaratória de extinção da punibilidade.
- c) Absolutória própria.
- d) Condenatória, sem possibilidade de redução de pena ou substituição por medida de segurança.

e) Condenatória, podendo, porém, reduzir a pena privativa de liberdade ou substituí-la por medida de segurança.

49. Sobre prazos e nulidades no processo penal, assinale a alternativa CORRETA de acordo com o CPP e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
- b) No processo penal os prazos são contados não da intimação, mas sim da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- c) As omissões da denúncia ou queixa só podem ser supridas até o início da instrução processual.
- d) A falta ou nulidade da citação não pode ser sanada, devendo ser renovado o ato.
- e) No processo penal, assim como no processo civil, os prazos são contados em dias úteis.

50. Sobre procedimentos e normas processuais na legislação penal especial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) De acordo com a Lei de Drogas, após receber a denúncia, o juiz ordenará a citação do acusado para oferecer defesa prévia no prazo de 10 dias.
- b) No procedimento para apuração de crimes funcionais é necessária a resposta preliminar de que trata o art. 514 do CPP, ainda que a ação penal esteja instruída por inquérito policial.
- c) Os crimes previstos na lei de organizações criminosas e infrações penais conexas serão apurados mediante procedimento especial previsto na própria legislação de regência, devendo a instrução criminal encerrar no prazo máximo de 120 dias, quando o réu estiver preso, prorrogável por igual período mediante decisão fundamentada.
- d) Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, observar-se-á o procedimento sumário.
- e) De acordo com a Lei 9296/96 (interceptação telefônica), a captação ambiental não poderá exceder o prazo de 15 dias, prorrogável uma única vez por até igual período, desde que comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.

DIREITO ADMINISTRATIVO - ok

61. A licitação consiste em procedimento complexo que, além de outros requisitos, deve ser composta por diversos agentes com competências diferentes. Essa definição traduz o princípio da:

- a) transparência.
- b) segregação de funções.
- c) eficácia.
- d) eficiência.
- e) segurança jurídica.

62. Quanto à discricionariedade e à vinculação da atuação administrativa, pode-se afirmar CORRETAMENTE:

- a) O ato administrativo será discricionário quando a lei não deixar margem de liberdade para a atuação do administrador e fixar a sua única maneira de agir diante do preenchimento de determinados requisitos.
- b) A conveniência e a oportunidade de realização dos atos constituem o mérito administrativo presente nos atos vinculados e passível de controle pelo Poder Judiciário.
- c) A admissão de servidor público é ato administrativo discricionário típico, assim como a permissão de uso de bem público é exemplo clássico de ato administrativo vinculado. A

d) A discricionariedade presente num ato administrativo nunca é total, pois, em geral, ao menos a competência, a forma e a finalidade são elementos definidos em lei e, portanto, vinculados.

e) A licença para construir é exemplo de ato administrativo discricionário e a autorização de porte de arma é exemplo de ato administrativo vinculado.

63. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é:

a) a reintegração.

b) a reversão.

c) a readaptação.

d) a recondução.

e) a transferência.

64. Sobre o tema improbidade administrativa assinale a alternativa CORRETA:

a) Estagiário de banco público que faz operações fraudulentas, debitando contas de clientes e creditando os valores em sua própria conta é exemplo de dano ao erário.

b) Fiscal que cobra propina para não autuar pratica improbidade na modalidade ferir princípios da Administração Pública.

c) O transporte de terceiros a outro município em veículo oficial pode gerar improbidade na modalidade enriquecimento ilícito.

d) O agente público que adquire ambulância com superfaturamento incorre no tipo descrito no artigo 10 da Lei de Improbidade, qual seja, o de atos que importem em dano ao erário.

e) A bolsa de estudo recebida mediante declaração falsa não se caracteriza como improbidade administrativa.

65. Sobre responsabilidade civil do estado, assinale a afirmativa CORRETA:

a) Como regra o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria do risco administrativo, exigindo a presença de nexo de causalidade e admitindo causas excludentes da responsabilidade civil do Estado.

b) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público é objetiva relativamente aos usuários do serviço, não se estendendo a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário.

c) Em nenhuma hipótese o Estado responderá por atos judiciais ou legislativos que causem danos.

d) A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou contra a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte passiva legitimada para a ação o autor do ato, com a finalidade de assegurar o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.

e) Na hipótese de danos causados a terceiros, em decorrência de atentado terrorista que venha a ser praticado contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, não há consequência patrimonial para a União.

66. Assinale a alternativa INCORRETA considerando a nova lei de licitações e contratos:

a) São critérios de desempate entre duas ou mais propostas, nessa ordem: disputa final, avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes, ações de equidade e desenvolvimento de programa de integridade.

b) São critérios de julgamento, dentre outros, a melhor técnica ou conteúdo artístico, o maior desconto e o maior retorno econômico.

c) Regra geral, estão abrangidos pelas normas da Lei n. 14.133/2021 as licitações e os contratos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista.

d) As modalidades de licitação consistem em concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo.

e) Diálogo competitivo se destina à contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

67. É hipótese de dispensa de licitação, conforme a Lei n. 14.133/2021:

- a) A aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- b) A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- c) Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- e) A contratação que tenha por objeto materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar.

68. Considerando o regime jurídico administrativo, é CORRETO afirmar que:

- b) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola, dentre outros, o princípio da impessoalidade.
- b) O princípio da indisponibilidade do interesse público sobre o privado concede prerrogativas para a Administração Pública para, nos termos da lei e visando ao interesse público, constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais, bem como revogar seus próprios atos inconvenientes ou inoportunos ou, ainda, anular os ilegais.
- c) O conteúdo jurídico do princípio da moralidade administrativa pode ser conceituado como aquele que vincula a administração pública a um comportamento ético, conforme discurso da modernidade, com subordinação e dimensão de dependência em relação ao princípio da legalidade.
- d) É ilegítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias por violar a intimidade e privacidade.
- e) O portador de surdez unilateral se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.

69. De acordo com o atual entendimento jurisprudencial, assinale a alternativa INCORRETA sobre a responsabilidade civil do Estado:

- a) Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento.
- b) Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- c) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.
- d) A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público ou contra o autor do ato em litisconsórcio passivo, assegurado, em qualquer caso, o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- e) É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.

70. Dá-se o nome de organização administrativa o modelo do aparelho administrativo do Estado para a prestação da sua atividade-fim. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Agência reguladoras consistem em autarquias em regime especial com alto grau de especialização técnica, com a função de regular um setor da atividade econômica ou determinado serviço público, autorizadas a celebrar termo de ajustamento de conduta, com força de título executivo.
- b) Empresas públicas e sociedade de economia mista consistem em pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Direta, criadas para a prestação de serviço público ou exploração de atividade econômica imprescindível à segurança nacional ou ao interesse público.
- c) Quarentena é o período de 6 meses, contado da exoneração ou do término do mandato, durante o qual o ex-dirigente de uma agência reguladora fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência.
- d) É competente a Justiça Comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.
- e) As sociedades de economia mista só têm foro na Justiça Federal, quando a União intervém como assistente ou oponente.

DIREITO TRIBUTÁRIO - ok

71. Assinale a única resposta CORRETA.

A base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) é:

- a) O número de cômodos do imóvel;
- b) A área total do imóvel;
- c) O valor venal do imóvel;
- d) O valor do IPTU do imóvel vizinho com as mesmas características;
- e) O valor da renda gerada pelo aluguel do imóvel.

72. Assinale a única resposta CORRETA.

O tributo que é devido em razão do exercício do poder de polícia denomina-se:

- a) Imposto sobre a renda e proventos;
- b) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU);
- c) Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS);
- d) Taxa de serviços públicos;
- e) Contribuição de melhoria.

73. Assinale a única resposta CORRETA.

Em relação à Lei de Execuções Fiscais, é CORRETO afirmar que:

- a) O prazo para oferecimento dos embargos é de 30 (trinta) dias, contados da juntada da intimação da penhora aos autos;
- b) A execução fiscal não poderá ser promovida contra o espólio, mas poderá sê-lo em face dos sucessores a qualquer título;
- c) O prazo para o executado, após citado, pagar a dívida ou garantir a execução, é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado aos autos;
- d) Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos;
- e) A alienação de quaisquer bens penhorados será feita em leilão público, sempre no local onde se encontrarem os bens ou no local indicado pela Fazenda Pública.

QUESTÃO ANULADA

74. Assinale a única resposta CORRETA. *****

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se por dívida pública consolidada:

- a) As dívidas interna e externa;
- b) As dívidas de curto e longo prazo;
- c) As dívidas flutuante e amortizada;

d) As dívidas flutuante e amortizada;

e) As dívidas ativa e passiva;

**** e) O montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Identificou-se um erro ao editar essa questão onde a opção "C" ficou duplicada e a alternativa correta não foi inserida na questão, ficando sem solução.

75. Assinale a única resposta CORRETA.

A União pode instituir imposto sobre o patrimônio, a renda e os serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que atendidos os requisitos da lei.

a) Sim, pode, conforme atual interpretação dada ao tema pelo STJ;

b) Sim, pode, conforme interpretação dada ao tema pelo TJSC, mas desde que a lei seja editada observando os princípios das anterioridades anual e nonagesimal;

c) Não, não pode. Portanto, a assertiva é incorreta;

d) Sim, pode, porque expressamente previsto na Constituição Federal em vigor;

e) Sim, pode, conforme atual interpretação dada ao tema pelo STF.

76. Assinale a única resposta CORRETA.

De acordo com a Lei de Execuções Fiscais, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve:

a) Em cinco anos, contados da data da ocorrência do fato gerador da obrigação;

b) Em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva;

c) Em cinco anos, contados da data da ciência inequívoca, pelo Fisco, da ocorrência do fato gerador da obrigação;

d) Em dez anos, contados da data da ocorrência do fato gerador da obrigação;

e) Em dez anos, contados da data da sua constituição definitiva.

77. Assinale a única resposta CORRETA.

Lei institui imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. A lei estabelece que o imposto incide sobre a propriedade de imóveis urbanos. Portanto, o **sujeito passivo da obrigação principal** é:

a) O proprietário do imóvel;

b) O administrador do imóvel;

c) O inquilino do imóvel;

d) O fiador da locação do imóvel;

e) O que consta como inscrito no cadastro imobiliário do Município.

78. Assinale a única resposta CORRETA.

Um contribuinte falece deixando um imóvel como herança para seus filhos. O imóvel está localizado em Município que instituiu imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Neste caso:

a) Os filhos são os responsáveis pelo pagamento do imposto, pois são os sucessores do contribuinte, mas apenas se o imóvel for arrematado em hasta pública;

b) Os filhos não são responsáveis pelo pagamento do imposto, pois não são os sucessores do contribuinte;

c) Os filhos são os responsáveis pelo pagamento do imposto, pois são os sucessores do contribuinte, mas apenas se o imóvel estiver registrado no cartório de imóveis;

d) Os filhos não são responsáveis pelo pagamento do imposto, pois o imóvel está localizado em Município diferente daquele em que o contribuinte residia.

e) Os filhos são os responsáveis pelo pagamento do imposto, pois são os sucessores do contribuinte;

79. Assinale a única resposta CORRETA.

A empresa “YZB” é autuada pela Receita Federal por não declarar o imposto de renda de pessoa jurídica. A empresa impetra mandado de segurança para suspender a exigibilidade do crédito tributário. O juiz concede a medida liminar. Neste caso:

- a) A exigibilidade do crédito tributário é suspensa a partir da impetração do mandado de segurança;
- b) A exigibilidade do crédito tributário não é suspensa;
- c) A exigibilidade do crédito tributário é suspensa a partir do trânsito em julgado da decisão que julga procedente a segurança;
- d) A exigibilidade do crédito tributário é suspensa a partir do julgamento do mérito do mandado de segurança.
- e) A exigibilidade do crédito tributário é suspensa a partir da concessão da medida liminar;

80. Assinale a única resposta CORRETA.

A empresa “XZQ” é autuada pela Receita Federal por não declarar o imposto de renda de pessoa jurídica. A empresa paga integralmente o imposto em atraso, com todos os acréscimos exigidos em lei (correção, juros e multa). Neste caso, o crédito tributário é extinto:

- a) Pela transação;
- b) Pelo pagamento.
- c) Pela compensação;
- d) Pela remição;
- e) Pela remissão;

DIREITO EMPRESARIAL – ok

81. A Teoria da Empresa se faz presente no Direito Empresarial a partir da Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil). De acordo com a legislação pertinente, que trata das sociedades, assinale, dentre as alternativas abaixo, a INCORRETA:

- a) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- b) O empresário casado pode, sem a necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alinear os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus reais.
- c) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- d) O sócio relativamente incapaz deve ser assistido e o absolutamente incapaz deve ser representado por seus representantes leais.
- e) Independentemente do regime de casamento, faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros.

82. Segundo a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), que trata das sociedades, dentre as alternativas abaixo assinale a CORRETA:

- a) O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- b) É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
- c) A sociedade adquire a personalidade jurídica com as assinaturas dos sócios no ato constitutivo.
- d) Os bens particulares dos sócios podem ser executados por dívidas da sociedade mesmo antes de serem executados os bens sociais.
- e) As obrigações dos sócios na sociedade começam sempre imediatamente após as assinaturas do contrato social.

QUESTÃO ANULADA

83. A Lei n. 10.406/2002 (Código Civil) trata das sociedades. De acordo com a legislação brasileira no que se refere às sociedades, assinale, dentre as alternativas abaixo, a CORRETA.

- a) A sociedade cooperativa pode ser constituída na modalidade de sociedades simples ou empresária e as quotas do capital são transferíveis a terceiros estranhos à sociedade.
- b) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditados respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e os sócios comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.
- c) Na sociedade em conta de participação, obriga-se perante terceiro tão somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social.**
- d) Na sociedade em nome coletivo, pessoas físicas e jurídicas podem tomar parte na sociedade e pode ser administrada por sócios e não sócios.
- e) Na sociedade limitada, independentemente da integralização ou não do capital social, a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas.

84. A Lei n. 6.404/7 e suas alterações disciplina a sociedade anônima. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) Poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração pessoas naturais, acionistas, devendo os diretores e conselheiros serem residentes no País.
- b) O capital social da sociedade anônima poderá ser formado com contribuição em dinheiro, prestação de serviços ou qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- c) A sociedade anônima terá o capital social dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.**
- d) As sociedades anônimas podem emitir ações nominativas, escriturais, endossáveis e ao portador.
- e) Toda sociedade anônima é de capital aberto, ou seja, os seus títulos são admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

85. A legislação brasileira trata dos títulos de crédito. Leia as afirmativas abaixo e assinale a CORRETA:

- a) O cheque é pagável à vista. Considera-se não escrita qualquer menção em contrário. O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.**
- b) Na letra de câmbio, o aceite é puro simples e o sacado não pode limitá-lo a uma parte da importância sacada e nem modificá-lo.
- c) A nota promissória é uma promessa de pagamento emitida pelo devedor que, caso não venha indicar a época do vencimento não será considerada título de crédito.
- d) A duplicata é um título causal que decorre de uma fatura para circulação como efeito comercial e só pode ser protestada por falta de pagamento.
- e) O cheque é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo e prescreve em 6 (seis) meses, contados a partir da sua apresentação.

86. De acordo com a legislação em vigor, que trata dos títulos de crédito, dentre as afirmativas abaixo, assinale a INCORRETA:

- a) A duplicata admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento, mediante declaração em separado ou nela escrita, assinada pelo vendedor ou endossatário, ou por representante com poderes especiais.
- b) Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura e o seu pagamento deverá ser à vista e poderá ser assegurado por aval.**
- c) A nota promissória é um título que não admite aceite. O subscritor de uma nota promissória é responsável da mesma forma que o aceitante de uma letra de câmbio.
- d) No cheque, feita a indicação da quantia em algarismo e por extenso, prevalece esta no caso de divergência. Indicada a quantia mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece, no caso de divergência, a indicação da menor quantia.

e) Na emissão de uma letra de câmbio ocorre três partes intervenientes: sacador, sacado e tomador (beneficiário) e o sacado obriga-se pelo aceite pagar a letra à data do vencimento.

87. A Lei n. 11.101/05 e suas alterações dispõem sobre Plano de Recuperação Judicial para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. De acordo com a legislação pertinente, dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas em lei, deverão apresentar plano especial de recuperação judicial, desde que afirmem a intenção de fazê-lo na petição inicial de que trata a Lei Falimentar.

b) O plano especial de recuperação judicial preverá o pagamento da 1ª (primeira) parcela no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial.

c) O plano especial de recuperação judicial será apresentado no prazo previsto na Lei Falimentar e deverá abranger exclusivamente os créditos quirografários.

d) O devedor que requerer a recuperação com base no Plano Especial de Recuperação Judicial poderá, independentemente de autorização judicial, aumentar despesas ou contratar empregados.

e) O plano especial de recuperação judicial preverá o parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas, mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros equivalente à taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, podendo conter ainda a proposta de abatimento do valor da dívida.

88. A Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil) trata da Sociedade Limitada. De acordo com a referida Lei e dentre as afirmativas abaixo, assinale a INCORRETA.

a) A sociedade limitada pode ser unipessoal, ou seja, constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.

b) Não integralizada a quota de sócio remisso, os demais sócios podem tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, excluindo o primitivo titular.

c) A remuneração dos membros do conselho fiscal será fixada, anualmente, pela assembleia dos sócios que os elegeu.

d) As deliberações dos sócios será obrigatoriamente em assembleia se o número dos sócios for superior a 10 (dez).

e) O capital social da sociedade limitada divide-se em quotas iguais, cabendo cada uma ou diversas a cada sócio.

89. A Lei, n.11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, ao tratar da falência do devedor, apresenta a classificação dos créditos. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

a) Os saldos dos créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite estabelecido de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor serão pagos como créditos quirografários.

b) Os créditos derivados da legislação do trabalhista e os decorrentes de acidente de trabalho estão limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor.

c) Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, prevalecem a todos os demais créditos na ordem de pagamento.

d) Os créditos subordinados, que tratam também dos créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício, têm preferência a todos os demais créditos na ordem de pagamento.

e) Os créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado têm preferência a todos os demais créditos na ordem de pagamento.

90. De acordo com a Lei nº 11.101/05, alterada pela Lei n. 14.112/20, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a CORRETA:

a) A empresa pública e a sociedade de economia mista, na qualidade de empresas, estão sujeitas à falência.

ESMESC

b) O credor que perder o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a habilitação de seus créditos ao administrador judicial perderá o direito de fazê-la.

c) No processo falimentar, da decisão que decreta a falência cabe agravo, e da sentença que julga a improcedência do pedido, cabe apelação.

d) Desde a decretação da falência ou do sequestro, o devedor perde a propriedade de seus bens, não podendo, portanto, deles dispor.

e) O administrador judicial, a ser nomeado pelo juiz, será profissional idôneo, advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.